



# Anais da Assembléia

Nº 057

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE MAIO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**  
1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**  
2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**  
1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**  
2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**  
3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**  
4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado **ORLANDO PESSUTI**  
PRN ..... Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**  
PFL ..... Deputado **ANTONIO COSTENARO NETO**  
PDT ..... Deputado **RAFAEL GRECA DE MACEDO**  
PTB ..... Deputado **ERONDY SILVÉRIO**  
PSDB ..... Deputado **JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO**  
PT ..... Deputado **ERNANI PUDELL**  
PL ..... Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**  
PST ..... Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (\*) **SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado. (04/92)**

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 42.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1992

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Arthur Ritti, José Alves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Emília Belinati, Eurides Moura, Oswaldo Trevisan, José Tavares, Nelson Justus e Severino Félix (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assembléia Legislativa teve a honra de receber hoje, há minutos atrás, a presença de Sua Excelência o Senhor General de Divisão Remi de Almeida Escalante, novo Comandante da 5.ª Região Militar, 5.ª Divisão do Exército, que nos deu o prazer de sua visita, inclusive ao Plenário desta Casa.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFICIO Nº 447/92-DA

Senhor Presidente.

Venho, pelo presente, solicitar a Vossa Excelência, o abono de minhas faltas às Sessões Plenárias dos dias 05 e 06 do corrente, visto estar em viagem ao Rio Grande do Sul, para representar o Estado do Paraná em Comissão Especial de Reforma Tributária, instalada na Assembléia Legislativa daquele Estado e, também, abono de falta do dia 07 de maio do corrente, por motivo de viagem, acompanhando o Secretário de Transportes e vice-Governador do Estado do Paraná ao interior do Estado, conforme comprovantes em anexo.

Certos de sua costumeira colaboração, antecipamos agradecimentos e renovamos protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 12.05.92.

(a) DURVAL AMARAL

Indicação:

INDICAÇÃO

O Deputado RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO, abaixo assinado, Líder da Bancada do Partido Democrático Trabalhista PDT, no uso de suas atribuições, vem a presença de Vossa Excelência para requerer designação dos ilustres Deputados ALBINO CORAZZA NETO e CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI para, na condição de suplentes, integrarem a Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 12.05.92.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

Líder do PDT

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 630

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução nº 63/91, que denomina DUÍLIO DIAS, a sala que abriga o Setor de Almoxarifado desta Casa.

Sala das Sessões, em 12.05.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 635

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER respeitosamente a Vossa Excelência, dispensa do seu comparecimento a Sessão Plenária do dia 12 do mês corrente, justificando a sua ausência por ter sido convidado a fazer parte da comitiva governamental em visita a cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 12.05.92.

(a) EURIDES MOURA

REQUERIMENTO Nº 637

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o art. 182 e seguintes, do Regimento Interno, vem a presença de Vossa Excelência que, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 368/91 que institui o Plano Diretor Rodoviário do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.05.92.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

#### REQUERIMENTO Nº 627

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 12.05.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 633

Senhor Presidente.

O Deputado JOÃO ARRUDA, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Votos de Congratulações e Louvor ao Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, NELSON MEURER; Secretários Municipais e demais colaboradores, pela conclusão e inauguração da ESCOLA INTEGRAL "ADELÍRIA MEURER", dia 09 de maio, instituição destinada ao atendimento dos menores de rua daquele Município.

Sala das Sessões, em 12.05.92.

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

Planejada para funcionar durante o dia, no atendimento aos chamados "menores de rua" de Francisco Beltrão, a Escola Integral agora inaugurada, materializou um dos mais velhos projetos do Prefeito Nelson Meurer - sonhado já durante a campanha que o elegeu Prefeito.

A escola foi construída inteiramente com recursos próprios do Governo Municipal, e planejada para oferecer cursos práticos profissionalizantes, alimentação, higiene, assistência médica e odontológica.

Com a edificação da Escola Integrada "Adelíria Meurer", o Chefe do Executivo beltronense deu um exemplo de obstinação, de compromisso com objetivos sérios de elevado cunho social e de visão do futuro, compromissando o Governo Municipal com membros habitantes bem assistidos e livres desse triste estigma de "abandonados" que carregariam forçosamente caso as primeiras providências, como a que ora louvamos, não

fossem tomadas a tempo.

Associamos o Poder Legislativo do Paraná às homenagens que ora propomos, esperando o voto unânime dos ilustres pares.

#### REQUERIMENTO Nº 625

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, sugerindo-lhe que seja regulamentado o inciso III, do artigo 93 da Constituição Federal, que estabelece normas para a composição do Quinto Constitucional nos Tribunais de Alçada e de Justiça dos Estados.

Sala das Sessões, em 12.05.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

#### JUSTIFICATIVA:

O Paraná foi colhido de surpresa com a impugnação da promoção de um magistrado que havia sido nomeado para o Tribunal de Alçada pelo Quinto Constitucional, e pelo mesmo critério, na forma do art. 93, III, da Constituição Federal, promovido para o Tribunal de Justiça, como Desembargador.

Essa forma de provimento de cargo está contida expressamente na Constituição do Estado do Paraná, e a observância da classe de origem foi uma das conquistas dos magistrados durante a elaboração da nova Carta, pela Assembléia Constituinte.

Sem qualquer intento de interferir na função judicante da Suprema Corte de Justiça, sentimo-nos na obrigação de esclarecer ao seu Presidente, a quem cabe a iniciativa do processo legislativo, qual o intento do legislador, em nosso Estado, ao aprovar texto semelhante na Constituição Estadual.

Aqui, como é fato público e notório, pretendeu-se estabelecer que a antiguidade, para efeito de promoção para o Tribunal de Justiça, é apurada no Tribunal de Alçada, e, dentre os Juizes nomeados para este último, pelo Quinto Constitucional, observada a classe de origem, serão preenchidas as vagas de Desembargador.

Argumentou-se na época, que, embora se reconheça que o advogado ou membro do Ministério Público, ao ingressar no Tribunal de Alçada, adquira a qualidade de Juiz, se passar a concorrer para todas as vagas de Desembargador, em igualdade de condições com os magistrados de carreira, o Quinto Constitucional do Tribunal de Justiça dificilmente será mantido, conforme já ocorreu em nosso Estado.

Embora se entenda salutar o princípio da quinta parte dos tribunais serem compostas de advogados e membros do Ministério Público, a inobservância dessa proporcionalidade nos parece não só injusta, co-

mo contrária aos preceitos constitucionais.

Uma das soluções para o impasse, portanto, é a regulamentação do dispositivo constitucional, cuja interpretação está gerando polêmica, a fim de que prevaleça o intento dos magistrados de carreira, através de Lei Complementar ou de inserção no novo Estatuto da Magistratura, ora em elaboração.

Como a iniciativa desta lei é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a ele dirigimos nosso apelo.

#### REQUERIMENTO Nº 626

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Desembargador Doutor RENATO PEDROSO, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para pleitear a elevação da Comarca de Dois Vizinhos/PR, ao nível de Entrância Intermediária, ou Segunda Entrância.

Sala das Sessões, em 12.05.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente pleito é antiga reivindicação da comunidade da Comarca de Dois Vizinhos/PR.

A par do fato da Comarca já ter uma carga de trabalho elevadíssima, com o conseqüente acúmulo de decisões a serem proferidas, a inclusão dos recém criados Municípios de Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança nos limites de sua jurisdição, tornará a elevação ao nível de Segunda Entrância uma prioridade.

Outrossim, vale destacar que os Municípios de Verê (Comarca de Pato Branco) e São Jorge D'Oeste (Comarca de Chopinzinho), já manifestaram interesse em transferir a jurisdição para Dois Vizinhos, na medida em que as distâncias até a sede seriam muito menores, vale dizer, no primeiro caso haveria uma redução de aproximadamente 40 km, e no segundo a distância cairia de 50 km para 20 km.

Assim sendo, por ser justa a reivindicação, finalizamos certos do apoio dos nobres Pares ao presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 628

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. MARIO PEREIRA, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam realizados estudos para a implantação do Projeto "Pedras Irregulares", no município de Mariluz.

Curitiba, terça, em 12.05.92

Sala das Sessões, em 12.05.92.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

O Projeto denominado "Pedras Irregulares", desenvolvido pelo Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes, visa pavimentar as vias secundárias das cidades, vilas e distritos, com o assentamento de paralelepípedos disformes, cujo custo é bastante inferior ao asfalto convencional, com isso possibilitando levar conforto e melhores condições de trânsito aos lugares mais periféricos, habitados por população menos favorecida economicamente.

#### REQUERIMENTO Nº 629

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, no sentido de que sejam viabilizados estudos para a execução de perfuração de um poço artesiano na localidade de Rio das Pedras, no distrito de Alexandra, em Paranaguá.

Sala das Sessões, em 12.05.92.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Situado no litoral paranaense, a colônia Rio das Pedras como é chamada, fica próxima ao distrito de Alexandra e compõe-se de centenas de pequenas propriedades, cuja atividade extrativa é predominante de bananas e mandioca.

São minifúndios, cujos proprietários são famílias de pouco ou sem nenhum recurso para manutenção; muitos deles vivendo da pesca e da roça sazonal. A qualidade de vida dessas famílias é preocupante, apesar do esforço louvável da Administração Municipal, mas carece de melhores estradas, rede de energia elétrica e principalmente de água potável para o consumo.

É nesse sentido que solicitamos ao Secretário Homero que determine estudos para viabilizar a construção de poços artesianos naquela localidade, justamente nesta época de contaminação da cólera, pois as famílias vêm se abastecendo da água de córregos poluídos.

#### REQUERIMENTO Nº 631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano plenário, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Dr. ADIB JATENE, Digníssimo Ministro da Saúde; no sentido de que o mesmo determine um melhor atendimento aos convênios firmados com os

diversos estabelecimentos hospitalares do Brasil, notadamente em relação ao pagamento dos valores pertinentes ao convênio das datas previstas, bem como sua atualização a preços mais convenientes com a realidade inflacionária; determinando ainda uma agilização na prestação de serviços médicos à população.

Sala das Sessões, em 12.05.92.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Sr. ANTONIO CABREIRA, digníssimo Ministro da Agricultura, no sentido de que este tome medidas urgentes para viabilizar o atendimento das necessidades de agilização de financiamento para a comercialização da safra agrícola de verão e custeio do plantio de trigo, bem como determine a quitação de processos pertinentes ao PROAGRO, ainda pendentes, que estão impedindo a consecução dos programas agrícolas, já determinados.

Convém salientar, que apesar da região sul representar cerca de 50% da produção agropecuária do País e necessitar de mais de 2,8 trilhões para a comercialização da safra de verão de 1991/92, foram colocados até o presente momento apenas 12,49% dos recursos que os agricultores necessitam.

Sala das Sessões, em 12.05.92.

(a) CLEITON KIELSE

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 126/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a UNIAO MOURAOENSE DOS ESTUDANTES SECUNDARIOS DE 1º e 2º GRAUS - UMES, com sede no Município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.92.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

É inegável as inúmeras contribuições que esta importante Entidade Representativa dos conjuntos dos estudantes secundaristas de 1º e 2º graus do Município de Campo Mourão, vem dando ao longo da sua existência.

Fundada em 1º de agosto de 1968, no apogeu da ditadura militar, os estudantes mourãoenses não curvaram-se diante das botas dos militares, pelo contrário, cavaram em Campo Mourão, uma verdadeira trincheira de lutas, na busca de uma sociedade mais

justa, democrática, onde a questão de Ensino Público, democrático, gratuito, seja o patamar ideal como instrumento de garantias de vida condigna, e de um elevado grau de politização da sociedade de uma forma em geral.

Nesta esteira de combatividade e contribuições, a UMES desenvolveu e desenvolve várias atividades, no sentido democrático de garantir a unidade dos estudantes secundaristas, com vistas ao avanço qualitativo.

Atualmente, a UMES representa em torno de 12.000 estudantes secundaristas do Município de Campo Mourão, sendo 9.000, na Rede Oficial de Ensino; 3.000, na rede particular e 4.000, no âmbito da rede de Ensino Municipal.

Nestes 24 anos de lutas, construiu uma história de resistências, no ombro a ombro com os seus estudantes:

Em 1971 e 1972, realizou Assembléia dos Estudantes do Vale Piquirivaí; sediou o XXVI, Congresso Estadual de Estudantes Secundaristas; realizou o 1º Debate Estadual e Regional, sobre a questão educacional em data de 10/05/81 - DERGRAM; em 1981/1982/1983/1985/1986/1989 e 1991, realizou Congressos de Representantes de Sala; sediou em 1981, o principal fórum, que reuniu as diversas lideranças e estudantes secundaristas do Estado (XXXI COESES); novamente em 1987, sediou o XXXVIII COESES, Órgão de deliberação máxima dos secundaristas.

Por tudo isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados e, fundamentalmente por ser esta entidade um verdadeiro instrumento das lutas democráticas e de avanço social, solicito o devido apoio ao presente Plano de Lei, como forma de pagarmos parte da nossa dívida, com os estudantes secundaristas do Município de Campo Mourão.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente não há oradores inscritos.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente e Senhores Deputados, no dia de ontem, estive ausente dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná porque estava presente numa manifestação dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação da Cidade de Cascavel, onde cerca de quatrocentas a quinhentas pessoas paralizaram o centro da Cidade, em frente ao prédio da Caixa Econômica Federal, e protestavam contra as prestações extorsivas a que estão sendo compelidos a pagar naquele Município.

A situação hoje, do sistema de habitação no Brasil é algo extremamente delicado e que coloca em risco todas as finanças públicas do nosso País. O fundo de garantia por tempo de serviço, que se um lado, procurou suprimir uma conquista da classe trabalhadora, que era a estabilidade por tempo de serviço e a indenização paga diretamente pelo empregador, foi substituído o fundo de garantia por tempo de serviço trazia uma vantagem em relação ao sistema anterior da estabilidade e indenização porque permitia a formação de um importante fundo de recursos destinados a um programa de habitação popular em todo o País, e permitir que a classe trabalhadora pudesse ter acesso finalmente a uma das condições elementares que compõe o conjunto de direitos inerentes a cidadania do homem, que é exatamente a possibilidade da casa própria.

Pois bem, esse sistema foi ao longo dos anos sendo gerenciado de forma criminosa, a ditadura implantada no Brasil fez com que a maior parte desses recursos, durante o período negro do nosso País, quando não havia liberdade de informação, quando não havia a possibilidade da fiscalização efetiva do Poder Executivo pela sociedade, pelos Paramentos, fez com que o fundo de garantia fosse utilizado para financiar habitação exatamente às classes mais abastadas do nosso País.

As notícias da malversação desse dinheiro, patrimônio dos trabalhadores já são antigas, a par disso uma política de concessão de empréstimos a setores mais abastados, com regras de correções de prestações que inviabilizaram o retorno desses recursos ao FGTS, e mais recentemente a malversação desse dinheiro, exatamente como forma principal de corrupção e enriquecimento de construtoras nesse País transformou o fundo de garantia por tempo de serviço, num pesadelo para toda a Nação Brasileira.

Na Cidade de Cascavel tivemos a oportunidade de verificar concretamente como agem essas quadrilhas organizadas para saquear a política de habitação e os recursos de habitação popular no Brasil. Uma pequena casa, se é que poderíamos chamar de casa, talvez ficasse mais adequado chamá-la de favela urbanizada ou favela padronizada, construída com chapas de cimento num terreno de 7 metros por 20 metros, uma casa de 21 metros sem acabamento nenhum, sem ferro, sem piso. Material de quinta categoria - de 21 metros quadrados está sendo cobrado hoje dos mutuários da cidade de Cascavel em torno de 14 milhões de cruzeiros cada unidade dessas, sem contar que esses mutuários foram obrigados a pagar uma poupança de 1 milhão e meio quando da inscrição para terem acesso a

esse programa.

A situação é tão dramática que se observou na Cidade de Cascavel, aquela favela padronizada tem os seus custos por metro quadrado equivalentes aos melhores apartamentos de classe média-alta daquele município. Apenas num conjunto habitacional pudemos levantar, sobrepreço na ordem de 2 bilhões de cruzeiros. Apenas num conjunto habitacional destinado à população de até 2 salários mínimos, houve um roubo, não existe outra expressão, na ordem de 2 bilhões de cruzeiros. O próprio governo do Estado do Paraná fez recentemente um levantamento sobre a destinação desses recursos de habitação ao Paraná, onde a estimativa de desvio desse dinheiro, apenas no ano passado, foi na ordem de 130 milhões de dólares, em nosso Estado. Ou seja, esses recursos que poderiam estar sendo destinados a programas sérios, honestos de construção de casas populares com política subsidiada e que favorecesse o acesso à população de baixa renda, na verdade se transformou em mais uma grande sangria de recursos públicos que estão sendo destinados para setores empresariais: notadamente construtoras do nosso Estado.

A utilização desses recursos, com critérios eminentemente políticos, determinados por uma quadrilha que hoje agencia essas normas no nosso Estado, tem que ser exemplarmente punido no Estado do Paraná. A par desses problemas houve a constatação, por exemplo, que não apenas o superfaturamento do custo das casas tem onerado excessivamente os mutuários. Mas também se descobrir que, por exemplo, somente os prêmios de seguro que são colocados aos mutuários embutido nas prestações das casas custam hoje, o dobro normal dos seguros de imóveis existentes no País. Ou seja, as empresas seguradoras que têm a clientela garantida ao assegurar-se que todos os mutuários serão os seus segurados, têm portanto os riscos diluídos, absolutamente diluídos pelo grande contingente de mutuários que pagam esse seguro e cobram o dobro dos valores de mercado. Quando poderia a Caixa Econômica Federal ou qualquer agente financeiro, adotar uma política correta, transparente, até mesmo de licitação de seguros, não poderíamos ter esses seguros reduzidos a no máximo 1/4 do valor real.

Taxa, sobretaxa, registros em cartórios de títulos e documentos, pagamentos para os agenciadores tudo isso faz com que além do sobrepreço cobrado pelas construtoras e que formam as caixinhas e as fortunas milionárias que surgem do dia para a noite no nosso Estado, além disso ainda temos mais 16% de sobrepreço exatamente na forma de encargos e seguros os mais diversos que são cobrados pelos agentes finan-



Curitiba, terça, em 12.05.92

ceiros e seguradoras.

Pois bem, Srs. Deputados, a consequência trágica para a classe trabalhadora no Brasil, dessa política que, de um lado, hoje, prevê a correção do saldo devedor pelos índices da correção do fundo de garantia de tempo de serviço combinado a política com de arrocho salarial do Governo Federal tem inviabilizado o sistema financeiro de habitação em nosso País. É preciso tomar consciência de que a correção desses saldos devedores já acrescida de toda sorte de maracutaia e corrupção não pode ser compatibilizada com a política econômica principalmente a política salarial do Governo Federal que tem apenas durante o Governo Collor segundo dados confiáveis de todas as organizações e institutos de pesquisas do custo de vida revelaram que durante o Governo Collor o poder aquisitivo da classe trabalhadora caiu cerca de 50% em termos reais. Isso tem tornado aos mutuários o sonho da casa própria um verdadeiro pesadelo. As prestações estão sendo corrigidas de forma extorçiva. A correção salarial não permite o acompanhamento pelos mutuários do pagamento dessas prestações, nós temos, portanto, uma situação dramática em nosso País em que o fundo de garantia hoje não consegue mais receber como retorno os investimentos e os empréstimos que concedeu. Hoje tanto é verdade que a própria Caixa Econômica Federal ao arrepio da Lei tem determinado aos seus funcionários que os trabalhadores quando forem receber seu fundo de garantia resultante da demissão ou resultante da sua aposentadoria não deve ter seus saldos corrigidos conforme determina a Lei ao absoluto arrepio do que determina a legislação vigente. Nós temos hoje, portanto, mais uma vez caracterizado o escândalo nesse País. Ganham com essa política aqueles que sonegaram o sistema ao não recolherem as contribuições obrigatórias para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, inclusive os agentes foram talvez os principais responsáveis. Ganham com essa política as construtoras que construíram imóveis a preços supervalorizados. Ganham os corruptos que agenciaram essas verbas. Perderam os trabalhadores com seu Fundo de Garantia, hoje constituindo-se uma massa falida. Perderam os mutuários que estão às voltas com uma dívida impagável, que é seu financiamento da casa própria. E convenhamos, Senhores Deputados, é preciso que se faça algo.

Nós estamos aqui neste momento cobrando do Poder Legislativo do Estado do Paraná e cobrando especialmente do Governo do Estado, que dispõe de uma estrutura institucional suficiente para, através da Secretaria Estadual de Habitação, conjuntamente com a Procuradoria do Estado, a

obrigação de realizarem um profundo exame de toda situação da destinação dos recursos do FGTS ao Estado do Paraná, com a elaboração de perícias para verificar o custo real dos imóveis que temos hoje, financiados pelo Sistema de Habitação do Brasil, e mais do que isso, que se assome juridicamente, para que haja uma revisão global a nível de Paraná, do valor dessas prestações, que hajam ações para que se possa retornar ao patrimônio dos trabalhadores as verbas que foram roubadas através de obras super faturadas, e principalmente a sociedade que está hoje, a exigir que se punam, do ponto de vista penal, exemplarmente, todos aqueles que foram responsáveis por esse descalabro.

Eu quero citar um dado aos Senhores Deputados. Hoje um apartamento em Curitiba, próximo ao bairro Água Verde, de 48 metros quadrados, tem uma prestação de 800 mil cruzeiros. Eu tive a curiosidade de multiplicar pelo número de meses que faltam para aquele mutuário pagar e eu descobri que esse apartamento, de padrão muito inferior, em termos de qualidade de acabamento, ele custa a bagatela de 198 milhões de cruzeiros a esse mutuário. Prestem bem atenção, 198 milhões de cruzeiros por um apartamento de 48 metros quadrados, num bairro afastado do centro de Curitiba. Os Senhores multipliquem isso pelo número de mutuários de conjuntos residenciais e habitacionais que nós temos no Estado do Paraná e aí talvez tenhamos a dimensão do roubo legalizado e institucionalizado que foi impetrado, que se iniciou no tempo da ditadura militar e que o Senhor Fernando Collor de Mello tem o cuidado de aprofundar em nosso País.

Concedo aparte ao nobre Deputado Paulo Maia.

O Sr. Paulo Maia - Eu agradeço o aparte, nobre Deputado, e acredito que o Sistema Financeiro da Habitação se transformou num consórcio. Um consórcio onde lamentavelmente quem paga o pior preço é quem está financiando isso, que é o Fundo de Garantia do trabalhador, que religiosamente tem descontado em sua folha de pagamento todos os meses e estamos vendo, infelizmente, um desrespeito a essa contribuição, porque geralmente quando o trabalhador que contribui com o Sistema Financeiro da Habitação através do Fundo de Garantia, tem acesso a uma parte mínima daquele valor que ele vai pagar. E os atravessadores são os grandes beneficiários do dinheiro do trabalhador.

Nós temos recebido constantemente denúncias de que a liberação de qualquer tipo de financiamento se dá através de uma taxa de 20%, senão o financiamento não sai do Governo Federal.

Então o que Vossa Excelência coloca, é uma preocupação que está instituída neste País, o Paraná não é exceção, isto tomou conta do Brasil, é mais uma das corrupções que estão colocadas aí e contra aquele que paga o pior preço, que é a contribuição, para ver o seu dinheiro transformado em maracutaia, como Vossa Excelência bem disse, transformado em acervos, em caixas de terceiros e transformado em interesses que contrariam aqueles que contribuem religiosamente.

Eu creio que o que Vossa Excelência está afirmando deve de fato tomar vulto a nível de Estado, deve-se de fato exigir, conforme hoje, vi pela imprensa, o Secretário de Habitação que ia pedir uma diligência a respeito das habitações e das construções populares de Foz do Iguaçu.

Eu creio que essa sua preocupação deve ser levada de fato ao Secretário da Habitação para se recorrer a uma diligência, quiçá até uma auditoria em todo sistema de financiamento via Caixa Econômica Federal, é o trabalhador que está sendo roubado, é mais uma corrupção que está sendo posta e a esta, está se fechando os olhos.

Nós precisamos ter de fato as clarezas que Vossa Excelência de fato denuncia neste Plenário. Eu acho que é por aí, e somo a Vossa Excelência e aqueles que são os maiores penalizados, que são os trabalhadores, que hoje estão tendo que abandonar apartamentos e casas desse sistema, porque não têm condição nem por equivalência salarial de pagar essa exorbitância de prestação. Se de fato o seu salário subisse conforme sobe a sua prestação, obviamente ele teria condições e arcaria, mas lamentavelmente esta é a classe de menor peso. Por quê? Porque não tem a tribuna, não tem voz, não tem grandes acertos com grupos financeiros para fazer a defesa dos seus interesses.

Parabéns a Vossa Excelência.

O Sr. Lourenço Fregonese - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento).

Na Sessão de ontem, em discussão com o Deputado Trevisan, nós também lamentávamos o problema da prestação da Casa própria. No Brasil, infelizmente, não se consegue mais em nenhum Estado, o pagamento da casa própria. É um absurdo o que se cobra do mutuário, hoje, em termos de Brasil.

As Cooperativas Habitacionais, COHALAR, COHAPAR, e inúmeras outras, trabalham hoje, como intermediárias do Sistema Financeiro de Habitação. E o que nos preocupa é que no Congresso Nacional, em outubro do ano passado, foi aprovado o novo Sistema Financeiro de Habitação e todos os partidos lá representados, acredito que sejam dezoito partidos, nenhum levantou o problema que hoje estamos vivendo.

Curitiba, terça, em 12.05.92

E nós nos juntando ao seu pronunciamento, nós da Assembleia Legislativa, nós políticos conscientes deste País, deveremos fazer uma Comissão ou um pedido para que o Congresso Nacional reveja o Sistema Financeiro de Habitação, porque do jeito que está, teremos todos os moradores, a grande maioria da população brasileira morando em baixo de pontes e cemitérios de apartamentos não ocupados pela falta de condições de que o Governo, que o Sistema Financeiro de Habitação têm dado em todos os níveis, tanto municipal, estadual e federal.

Por isso, nós parabenizamos Vossa Excelência e nos somamos à preocupação do Sistema Financeiro de Habitação. Não culpamos aqui, Governo, não culpamos aqui Congresso, mas sentimos que foi uma cochilada de todos os órgãos, de todos os partidos que representam o povo brasileiro no Congresso Nacional, que tornou esse Sistema Financeiro de Habitação viável e que hoje aí vigora, porque até onde eu sei do contrato do Sistema Financeiro de Habitação, não pode exceder a 33,3% do que o trabalhador ganha e está excedendo em muito, em casos até de 250% do que o trabalhador ganha.

Parabéns, Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e quero registrar também uma outra consequência grave dessa política: segundo informações da própria Secretaria da Habitação do Estado, houve a construção de um conjunto habitacional em Londrina, onde uma cooperativa, que na verdade são fachadas de empreiteiras, tomou empréstimo na ordem de 50 milhões de dólares da Caixa Econômica Federal, construiu o conjunto e depois, como não conseguiu repassar aos mutuários pelo valor extorsivo, absurdo das suas prestações, tentou quitar a dívida entregando o conjunto à Caixa Econômica Federal, quando então foi feita a avaliação desse conjunto e este foi avaliado em pouco mais de 30 milhões de dólares, o valor real. Quer dizer, quase 20 milhões de dólares haviam entrado pelo ladrão. E o que acontece? Neste caso, a Caixa Econômica Federal com o prejuízo e terá que cobrir esta diferença ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Caixa Econômica Federal é patrimônio do povo brasileiro. Quer dizer, em última análise, quem paga este rombo, esta diferença, é exatamente o povo brasileiro. E o que é mais importante ainda, que o que temos que colocar, e que a questão social hoje que estamos observando, é de que o trabalhador de um modo geral, que está espremido pelo valor dos aluguéis, vai em busca desses financiamentos na esperança, inclusive, de que no futuro o valor dessas



Curitiba, terça, em 12.05.92

prestações seja reduzido, porque antigamente a política de correção das prestações beneficiava o mutuário, talvez até beneficiou de uma forma irresponsável, a ponto do sistema não conseguir reverter, receber de volta o que havia emprestado, só que hoje estão tentando recuperar o rombo do passado em cima dos atuais mutuários que estão entrando nos financiamentos mais recentes.

Em Cascavel, nós tivemos oportunidade de registrar e observar que nesta favela padronizada que eu chamo, que é esta casinha com placas de cimento, um mutuário pagava, está pagando 130, 140 mil cruzeiros mensais por uma casa de 21 metros quadrados. Um apartamento pequeno já está em mais de 600 mil. E o que é mais grave ainda: agora nós estamos às vésperas da correção de muitos dissídios coletivos, data-base de diversas categorias profissionais, com elevação salarial e, conseqüentemente, haverá uma elevação correspondente no valor das prestações.

Quer dizer, em pouco tempo, essa questão do Fundo de Garantia se tornará um barril de pólvora.

O caso de Cascavel é um indício do que poderá acontecer brevemente neste País. Os mutuários já estão indo às ruas, e eu tenho certeza absoluta de que, se não for tomada uma decisão política urgente, haverá inadimplência em massa, quer dizer, os mutuários não mais pagarão essas prestações.

A Caixa Econômica Federal, no meu entendimento, não terá como recuperar esse investimento porque, com inadimplência em massa desses mutuários que não pagarão as prestações, como é que a Caixa Econômica Federal irá reaver esses imóveis? Irá despejar esses mutuários e colocá-los embaixo de uma ponte? Terão que fazer verdadeiras operações, terão que chamar o Exército para desalojar 500, 600 famílias de mutuários para sair de suas residências.

Então, estamos esperando um problema muito sério.

E eu observava nesta manifestação, que o povo não agüenta mais ser roubado impunemente como está acontecendo. Os saques que estão ocorrendo no Rio de Janeiro, são uma prova de descrédito da população com relação à elite dirigente deste País; é uma forma de descrédito quanto ao futuro. O povo está cansado de trabalhar, nada receber e ainda ficar com a conta para pagar.

Há que ter sensibilidade. E o que é mais grave - e nós queremos, inclusive, fazer um pedido específico tanto à Secretaria de Habitação como à Procuradoria, para que feche imediatamente, em Cascavel aquela arapuca chamada COOHESTE, que é uma Cooperativa que está financiando centenas

e centenas de imóveis na região. Todos estes imóveis estão na mesma situação, com um superfaturamento absurdo, extorsivo e nada acontece.

É fachada de duas ou três construtoras. Os representantes dessa Cooperativa, o Presidente, era - até pouco tempo atrás - Chefe do Departamento Pessoal de uma construtora que, coincidentemente, é aquela que tem feito a maior parte das obras para a Cooperativa.

Quer dizer as construtoras, quando perceberam que através de cooperativas habitacionais - que teoricamente era a organização dos próprios mutuários pobres, para que eles pudessem juntar, terem acesso ao financiamento e construir um conjunto - se apossaram deste instrumento, que deveria ser um instrumento de organização popular para a autogestão dos recursos do sistema. E ninguém faz nada. A denúncia está aí. A roubalheira está caracterizada, comprovada e nada se faz.

E nós temos que convir com mais uma coisa: todo mundo sabe que tapa na cara e dinheiro roubado não se recuperam mais! Como é - por exemplo - só neste conjunto de Cascavel, de quem é que vamos cobrar os dois bilhões de cruzeiros que foram roubados? Isso já virou fazenda em nome de parente! Isso já virou apartamento na praia, haras, cavalo de raça... Isso já diluiu! Virou fumaça!

Então nós, de nossa parte, queremos aqui cobrar, estamos fazendo as denúncias, nós assumimos a vanguarda dessa luta.

Agora, o Governo do Estado do Paraná, e nós com muita satisfação, inclusive, vemos que aparentemente comprou esta briga porque se sentiu alijado do acesso desses programas, que ele não use esta denúncia que está reforçando, inclusive, apenas com interesses eleitorais ou imediatos! Que o Governo do Estado adote uma política séria de punição dessa questão no Paraná!

O Governo tem a sua Secretaria de Habitação, tem os seus técnicos, em condições de fazer um levantamento pormenorizado de todos os conjuntos habitacionais no Paraná. Tem a Procuradoria do Estado, com pessoas competentes, com advogados ilustres, que têm condições de realmente cercar essas quadrilhas.

Nós temos inclusive, até os instrumentos policiais, porque eu entendo que na questão como está sendo colocada aqui - pelo menos o nosso Estado - já é uma questão de polícia. E nós não podemos nos omitir, porque hoje, com essa questão da recessão aprofundada como está, o item habitação é um dos que mais pesa nos bolsos dos trabalhadores, e cabe a nós procurar - pelo menos - políticas compensatórias que diminuam os efeitos da recessão e do arrocho salarial sobre esse contingente de

trabalhadores.

E para finalizar, Senhores Deputados, eu queria aqui lembrar algo que é muito importante: a casa própria. Eu tenho convicção disso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é talvez a parte mais importante na vida de um cidadão.

Todos nós sabemos que a nossa própria auto-estima está diretamente relacionada com a qualidade da habitação que nós temos; é o nosso canto onde podemos criar os nossos filhos, ajeitar as nossas coisas, onde nós temos a nossa intimidade; a casa própria é uma peça fundamental disso tudo. É preciso que as autoridades compreendam isso e não permitam que esses recursos valiosos, que já são escassos, sejam utilizados dessa forma criminosa.

Então, esse é o nosso apelo.

Agradeço a paciência de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

PFL.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PT.

(Declina).

PL.

(Declina).

PDT.

Com a palavra, o Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. NILTON BARBOSA - Eu me inscrevo no Horário do PST, Senhor Presidente.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

E com tristeza que nós recebemos de uma mãe de aluno um formulário da Escola Estadual Enéas Marques dos Santos de ensino de 1º grau, estabelecida nesta cidade de Curitiba, onde as professoras informam aos senhores pais que a merenda escolar terminou e que desde o dia 30 de março até meados de abril, a escola forneceu merenda comprada pela Associação de Pais e Mes-tres. Contudo, como a situação é inviável de prosseguir, visto que não há previsão para recebimento de nova remessa de merenda antes do final de junho, eles solicitam a ajuda dos pais, trazendo para a escola fubã, feijão, extrato de tomate, macarrão, arroz ou temperos, além de verduras a se-

Curitiba, terça, em 12.05.92

rem enviadas semanalmente e desde já a direção agradece a cooperação da comunidade.

Este papel mimeografado, muito simples, é o retrato da distância entre a demagogia da escola risonha e franca, anunciada nos anúncios de televisão, a escola que fornecia os "kits" escolares e a merenda em abundância e a Escola Estadual do Paraná.

Acho que a Assembléia tem a obrigação de apurar o porque desse atraso de merenda escolar na Escola Estadual Enéas Marques dos Santos e, mais do que isso, se esse atraso se reflete em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino aqui na capital e em todo o Estado. Afinal de contas, a FUN-DEPAR tem orçamento para merenda escolar e é dever da Assembléia cuidar da nossas crianças.

Era isso que no Horário da Liderança do PDT eu queria registrar esta tarde.

Não posso deixar de enaltecer o trabalho admirável e eficaz do nosso companheiro, Deputado Albino Corazza, Líder do Bloco Municipalista, que no último final de semana promoveu na sua sede, a Cidade de Toledo, um admirável encontro das Lideranças no nosso partido. O Paulo Maia, o Al-gaci Túlio, eu, a Emília Belinati estivemos com o companheiro Albino Corazza e pudemos perceber que o nosso partido está entre as agremiações políticas que mais crescem neste País. Efetivamente, é com vivo empenho, companheiro Corazza, que nós saudamos essa sua brilhante organização na Cidade de Toledo.

Nós, políticos, precisamos aprender a iluminar consciências, porque o processo político é como o de se acender uma vela: basta que se acenda a vela e não mais existe a escuridão. Acende-se mais uma, e mais outra, e mais outra, até que o conjunto de todas as consciências iluminará a Nação. E, quem sabe, ações soturnas como esta, de surrupiar ou esconder a merenda escolar dos alunos de 1º grau da Escola Estadual Enéas Marques dos Santos já não terão lugar no mundo claro e transparente que nós desejamos. Não só, Governador Requião, a claridade dos esportes de televisão, mas sobremaneira a claridade da realidade além da mídia. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Expediente, passamos a

# ORDEM DO DIA

com a presença de 46 Senhores Deputados.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu iria usar o Horário da Liderança do PST, mas eu declino. No som,

O Papaz parece que mais dorme do que atende. Tira a hora que não precisa. Fica mexendo.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que integrarão na Comissão de Constituição e Justiça. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 447/92, subscrito pelo Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando abono de suas faltas às Sessões Plenárias dos dias 05, 06, 07 do corrente mês, em função de viagem ao Rio Grande do Sul. A Diretoria Legislativa para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 12 do corrente mês, em virtude de viagem ao Município de Londrina. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 158/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que proíbe a distribuição, comercialização e a utilização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado o metanol, (álcool metílico). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.M.A. S.P. e C.O.P.T.C. SUBSTITUTIVO GERAL da C.E.M.A. Apreciar neste turno o Substitutivo Geral da C.E.M.A. Aprovado, o Substitutivo Geral.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 525/91, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza a integração do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. EMENDA da C.O.P.T.C. Apreciar neste turno a Emenda da C.O.P.T.C. Emenda Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 019/92, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção ao Excepcional de Carambeí, distrito de Carambeí, município de Castro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº

071/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a Academia Universal "Arte e Profissão", com sede na cidade de Ponta Grossa. Com Parecer Favorável da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só registrando o voto contrário da Bancada do PT, por ausência de informações. E também o do Deputado Paulo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrando.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/92, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Fundação Pró-Hansen, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 087/92, de autoria do Deputado João Preis, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Desembargador Luiz Renato Pedroso. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Com os votos contrários da Bancada do PT, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com os votos contrários da Bancada do PT.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 091/92, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, do Município de Santa Izabel do Ivaí, neste Estado. Com Parecer da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 092/92, de autoria do Deputado Dirceu S. Manfrinato, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Palmeirinha, do Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 627, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 637, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 630, de autoria do

Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 626, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 625, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nºs 628, 629, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 631, 632, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 633, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TOLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós demos entrada na Mesa, a questão de 20 dias atrás de um pedido de uma CPI para apurar possíveis irregularidades no BADEP.

A CPI foi aprovada pelo Plenário, com mais de 18 assinaturas, e nós gostaríamos que Vossa Excelência encarecesse aos líderes partidários para que indicassem os membros de seus Partidos que irão compô-la a fim de que possamos iniciar o trabalho de oficialização desta CPI e para que possamos convocar as pessoas que virão depor nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita às lideranças que encaminhem a Mesa os seus representantes na Comissão Parlamentar de Inquérito que vai verificar problemas do BADEP.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para comunicar ao Plenário que a indicação dos nomes ainda não foi feita por nós porque não nos chegou a informação de quantos membros comporão esta CPI, e quantos membros caberia à Bancada do PMDB e as demais Bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A assessoria de Vossa Excelência está falhando. Ato da Presidência da Assembléia 1/92, publicado no Diário Oficial no dia 13 de abril "Constituição da Comissão, dois do PMDB, um Deputado do PST, PFL, PTB, PDT.

Curitiba, terça, em 12.05.92

São nove Deputados, o PT e o PL deverão na presente composição da Comissão de Inquérito utilizar-se de sorteio para a indicação de um nome".

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 508/91.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 571/91, 098/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/91.

Levanta-se a sessão.

#### Atas das Comissões:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa  
Ata da 5ª Reunião Extraordinária

Aos quatorze dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Oswaldo Trevisan, Durval Amaral, José Tavares, Luiz Carlos Martins, Alceu Swarowski, Ovídio Constantino, João Iensen, Plauto Miró Guimarães, Emília Belinati e Antônio Costenaro Neto. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, passando ao relato das Mensagens Governamentais: 1) Projeto de Lei nº 99/92. Parecer FAVORAVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 97/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 101/92, oriundo do Tribunal de Contas. Parecer FAVORAVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 96/92 oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 100/92 oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Parecer FAVORAVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 95/92 oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Lourenço Fregonese - APROVADO; 07) Projeto de Lei

nº 102/92, oriundo do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORAVEL do Deputado José Tavares - APROVADO. O Senhor Presidente fez uso da palavra para manifestar a sua posição, no sentido de que, a partir desta data passará a presidência desta Comissão de Constituição e Justiça a vice-Presidente, Deputada Emília Belinati, renunciando-a. A Deputada Emília Belinati pede a palavra para dizer que também renuncia. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

Ana Lúcia Andretta

Secretária

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### 12.<sup>a</sup> Legislatura - 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e dois, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões, os membros indicados pelas Lideranças para comporem a Comissão de Constituição e Justiça com o fim específico de proceder a escolha do Presidente e vice-Presidente. Presidida na forma regimental, pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, que após verificar número legal, deu início aos trabalhos, consultando aos membros se havia alguma chapa. O Deputado Luiz Carlos Martins solicita a palavra para encaminhar ao Presidente, Moção de Indicação subscrita por membros da Comissão, indicando o Senhor Deputado Erondy Silvério para Presidente (documento em anexo). O Deputado Ovídio Constantino requer a palavra para sugerir que se faça votação secreta. O Senhor Presidente pergunta se há outra indicação, e o Senhor Deputado Ovídio Constantino propõe para Presidente o Deputado Nelson Justus e para o vice-Presidente o Deputado Paulo Maia. O Deputado Nelson Justus se manifesta, no sentido de que, não sente condições de aceitar. O Deputado Presidente diz ser omissos o Regimento Interno quanto à eleição, aplicando, portanto a Seção II do Regimento, que se refere à eleição da mesa. O Deputado Paulo Maia requer a palavra para perguntar os nomes dos membros que fizeram a Indicação, e a Deputada Emília Belinati pede que seja lido os nomes dos Deputados que votarão. O Deputado Presidente lê os nomes dos Deputados que fizeram a Indicação (documento anexo) e os Deputados que votarão, sendo os seguintes: Durval Amaral, Oswaldo Trevisan, Toti Colaço, João Iensen, Alceu Swarowski (suplente do Deputado Hermas Brandão), Ovídio Constantino, Colombino Grassano, Plauto Miró Guimarães, Antônio Costenaro Neto, Luiz Carlos Martins, Ge-

raldo Cartário (suplente do Deputado Milton Barbosa), Emília Belinati, Paulo Maia, Nelson Justus e Erondy Silvério. O Senhor Presidente consulta os membros, se querem votar de forma secreta. O Senhor Deputado Paulo Maia lembra que os oito membros que fizeram a Indicação representam a maioria e não vê o porquê de fazer votação secreta. Manifesta também ser contrário ao encaminhamento dado. O Senhor Presidente diz também entender desse modo, mas que seria deselegante presidir a Comissão e não agir dessa forma, dentro de um critério justo. O Deputado Durval Amaral faz uso da palavra para sugerir que a votação se dê por aclamação. O Deputado Presidente coloca em votação a proposta do Deputado Durval Amaral, sendo aprovado com os votos contrário dos Deputados Paulo Maia e Ovídio Constantino. A Deputada Emília Belinati diz não ser contra a eleição, mas quer abster-se de votar porque não foi consultada sobre esta lista. O Deputado Paulo Maia diz também não ter sido consultado. O Senhor Presidente agradece a indicação e diz ser muito difícil essa substituição, uma vez que o Deputado Colombino Grassano encaminhou muito bem a Comissão e que sua linha de conduta será seguir sempre o Regimento Interno da Casa e que respeita quem conteste sua candidatura. Sendo o Deputado Toti Colaço o vice-Presidente, também fez uso da palavra para dizer que foi pego de surpresa quando soube da renúncia do Deputado Colombino Grassano e da Deputada Emília Belinati e que em nenhum momento pleiteou participar desta Comissão, que não estava em seus planos. Porém, indicado pelo partido, agradece a confiança e se coloca dentro da CCJ como fiel cumpridor de trabalho e da Lei. O Deputado Antônio Costenaro lembra que durante o ano passado desenvolveram um bom trabalho através do Deputado Colombino Grassano que causou uma admiração muito grande, uma vez que viu em anos anteriores essa Comissão ficar sem valor, e que espera que o exemplo dado seja seguido. O Deputado Nelson Justus cumprimenta o Senhor Presidente e deseja sucesso a todos os membros. Manifesta o seu repúdio aos organizadores da lista de indicação, por não ter sido considerado, pois gostaria de ter colocado o seu nome nela. Diz não ter sido ético, pois pode parecer que aqueles que não colocaram sua assinatura no documento foram contra os empossados. O Deputado Paulo Maia também registra o seu repúdio quanto a esse assunto. O Deputado Presidente agradece e diz não ter sido sua iniciativa, mas que o direito democrático deve ser reconhecido. O Deputado Durval Amaral diz entender a posição do Deputado Nelson Justus, mas acredita que a lacuna existente anteriormente foi suprida quando se deu a eleição

por aclamação. O Deputado Orlando Pessuti faz uso da palavra para dizer que se em algum momento divergiu-se do encaminhamento dado pelo Deputado Colombino Grassano foi com relação à sua interpretação ao Regimento Interno e não a sua conduta frente a CCJ. Lembrou que às vezes o Plenário da Casa foi transformado em Comissão Geral, mas que no período em que o Deputado Colombino Grassano esteve à frente desta Comissão, isto nunca foi necessário. Cumprimenta aos antigos e aos novos empossados. O Deputado Ovídio Constantino deseja sucesso e diz esperar que a CCJ continue cumprindo a sua função e que o Senhor Governador passe a encaminhar a esta Casa as Mensagens com menos urgência. O Deputado Plauto Guimarães dá boas-vindas aos novos empossados e parabeniza os trabalhos efetuados pelos antigos, esperando que a rapidez e agilidade com que as matérias foram apreciadas no período passado, também se manifeste neste. O Deputado Colombino Grassano agradece as manifestações de solidariedade e apreço e diz ter sido o trabalho seu único compromisso, o que o trouxe a esta Assembléia Legislativa, e que não podia continuar agindo sob pressão, com os princípios democráticos a cada dia feridos. Várias vezes mostrou que o Regimento Interno deveria ser reformulado quanto ao Regime de Urgência nas votações, pois acredita que tudo que se faz com rapidez se faz com imperfeição. Diz sair com a consciência tranquila e cumprimenta o Deputado Erondy Silvério de quem já foi seu eleitor, pois possui uma grande experiência. Agradece aos Companheiros e diz esperar cumprir com seu dever como membro desta Comissão. O Senhor Presidente agradece a confiança e diz ser com o trabalho que se muda o que está errado. Levanta-se a presente sessão.

ERONDY SILVERIO

Presidente

ANA LUCIA ANDRETTA

Secretária

Senhor Presidente:

Os Deputados infra-assinados, membros da Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista a renúncia do Deputado Colombino Grassano da Presidência da referida Comissão, indicam para o cargo vago o nome do Deputado Erondy Silvério.

Sala das Sessões, em 27.04.92.

(aa) Oswaldo Trevisan, Nilton Barbosa, Toti Colaço Neto, Durval Amaral, Costenaro Neto, João Iensen, Hermas Brandão, Luiz Carlos Martins.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa  
Ata da 7ª Sessão Ordinária em 05.05.92.

Aos cinco dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Emília Belinati, Paulo Maia, Colombino Grassano, Toti Colaço, Oswaldo Trevisan, Antônio Costenaro Neto, Alceu Swarowski e Nilton Barbosa. O Senhor Presidente deu por aberta a sessão. Aprovada a ata de instalação e ata do dia 14.04.92, após leitura, discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 53/92 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer Favorável do Deputado Nelson Justus.- Aprovado; 2) Projeto de Lei nº 12/92 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer Favorável do Deputado Oswaldo Trevisan.- Aprovado; 3) Proposição Veto nº 36/92 oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Oswaldo Trevisan.- Aprovado, com voto contrário do Deputado Paulo Maia e Plauto Mirô Guimarães; 4) Projeto de Lei nº 93/92 de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato.- Deferido; 5) Projeto de Lei nº 91/92, de autoria do Deputado Arlindo Troian. Parecer Favorável do Deputado Plauto Guimarães - Aprovado. 6) Projeto de Lei nº 510/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer Favorável do Deputado Antônio Costenaro Neto à Emenda. Aprovado. 7) Projeto de Lei nº 92/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer Favorável do Deputado Antônio Costenaro Neto Aprovado. 8) Projeto de Lei nº 19/92, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho. Parecer Favorável à Emenda, do Deputado Antonio Costenaro Neto - Aprovado. 9) Projeto de Lei nº 85/92, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer Favorável do Deputado Antônio Costenaro Neto - Aprovado. 10) Projeto de Lei nº 71/91 de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Parecer Favorável da Deputada Emília Belinati - Aprovado. 11) Projeto de Lei nº 87/92, de autoria do Deputado João Preis. Parecer Favorável da Deputada Emília Belinati - Aprovado; a Deputada Emília Belinati diz ser Relatora dos Projetos de nºs 66/92 e 80/92 e solicita prorrogação de prazo conforme Regimento Interno - concedido. 12) Proposição Veto nº 37/92, oriundo do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 366/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Parecer Favorável da Deputada Emília Belinati - Aprovado. 13) Projeto de Lei nº 38/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Colombino Grassano - Aprovado. O Deputado Antônio Costenaro Neto faz uso da palavra para dizer que o Projeto de Lei nº 72/92, já está tramitando nesta Comissão há mais de 45 dias. O Sr. Presidente de-



Curitiba, terça, em 12.05.92

termina que seja enviado um ofício ao Deputado Relator. Ovídio Constantino, para que até a próxima reunião se manifeste, caso contrário será designado novo Relator. O Deputado Paulo Maia solicita que sejam enviadas cópias aos Membros desta Comissão de todas as Mensagens Governamentais para que possam melhor analisar. O Deputado Milton Barbosa diz que as reuniões da C.C.J. poderão ser mais rápidas, uma vez que a Ordem do Dia seja extensa, se dispensada a leitura da Ata. O Deputado Toti Colaço sugere que se faça uma pauta do que se irá analisar nas reuniões. O Senhor Presidente determina que se encaminhe um ofício ao Deputado Nelson Justus, para que relate os Projetos nº 69/92 e 005/87, pois já ultrapassa o prazo regimental. O Deputado Ovídio Constantino encaminha a C.C.J. ofício justificando sua ausência nesta reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVERIO  
Presidente  
ANA LUCIA ANDRETTA  
Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril de hum mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Agricultura Indústria e Comércio, sob a Presidência do Deputado Severino Felix. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, constando da Ordem do Dia o relato do Projeto de Lei nº 033/92. Na sequência o Senhor Presidente solicitou ao Deputado Antonio Costenaro que apresente o seu Parecer. Projeto de Lei nº 033/92, Parecer Favorável a sua Aprovação. Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Rubens Bremer, Secretário da Comissão.

Sala das Comissões, em 29.04.92.

SEVERINO FELIX  
Presidente  
RUBENS BREMER  
Secretário